

CULTURA, CURRÍCULO E DIFERENÇA: O ESPAÇO ESCOLAR COMO UM *LOCUS* DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADES NO PARANÁ PROVINCIAL¹

Ariclé Vechia
UFPR / UTP

Construir ou destinar espaços específicos para a Escola, - entendida como um local público em que se ofertava instrução com vistas à construção da nacionalidade brasileira, era uma meta acalentada pelo Governo provincial do Paraná. Na condição de uma Província recém-emancipada, o Paraná enfrentou a escassez de recursos financeiros, não somente para construir um espaço público que fosse representativo da instituição escolar perante a sociedade paranaense, mas também de recursos humanos e materiais para implementar um projeto pedagógico capaz de formar o cidadão apto a participar na vida em sociedade e de alavancar o progresso econômico e social da Província e da nação.

A escola primária ofertada na capital paranaense que significava o local público de instrução “para todas as classes” (RELATÓRIO..., 1856) até o terceiro quartel do Século XIX não possuía um edifício que a sediasse e se destacasse na paisagem urbana. Já na última década do período provincial, o governo fez investimentos neste setor e, auxiliado por colaboradores que fizeram doações pecuniárias construiu três prédios em terrenos também doados ou desapropriados, que abrigaram duas escolas primárias para o sexo masculino e uma para o sexo feminino. Estes edifícios escolares estavam localizados no “quarteirão do centro” da cidade e atendiam, portanto, às crianças que residiam no chamado centro urbano.

Porém, as chances econômicas que a cidade, eleita como capital da Província, passou a oferecer atraiu imigrantes europeus, principalmente alemães que tinham vindo ao Brasil com destino a outras províncias. Este novo contingente populacional também se estabeleceu no núcleo central da cidade e no seu Rocio, ou seja, no espaço de meia légua de distância do marco “zero” da cidade. Para a maioria destes habitantes a Escola Pública ofertada pelo governo

1 Foi publicado no livro Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas, Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

não tinha significado algum; não condizia com os referenciais básicos da cultura de sua terra de origem e que pretendiam manter. Para isto, fizeram esforços para criar um espaço escolar aos seus moldes e necessidades.

O espaço escolar em Curitiba passou a ser caracterizado por uma orientação algo ambígua, engendrando diferentes culturas escolares no sentido que Julia (2001) aborda: “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”.

Desde que o Paraná foi administrativamente emancipado, a educação foi eleita como meta prioritária da maioria dos presidentes da Província. Considerado o mais sólido fundamento, o princípio constitutivo que alimentava a mais válida esperança da pátria, porque do progresso da educação pública depende, sem dúvida, o porvir da sociedade Brasileira (PROENÇA, 1854), a instrução primária pública foi objeto de constantes debates, tanto por parte dos membros do governo, quanto por parte da sociedade paranaense.

O espaço escolar foi uma das questões levantadas pelo primeiro presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, na Abertura da assembléia Legislativa, em julho de 1854. Segundo a Lei de nº. 34, de 16 de março de 1846, da Província de São Paulo, que continuou a reger a educação na recém criada Província, o governo tinha obrigação de prover edifícios próprios para o estabelecimento das escolas quando existissem edifícios públicos e onde não houvesse, o governo deveria solicitar doações de particulares para obtê-los.

Zacarias de Vasconcellos determinou que tal cláusula fosse eliminada da nova lei, ainda em discussão, que regeria a Instrução Pública da Província. “Obrigado o governo a pedinchar nas localidades mesquinhas parcelas para casas das escolas, parece-me tão impróprio da lei, como pouco digno do governo” (RELATÓRIO..... em 15 de julho de 1854). Propôs que as escolas fossem instaladas, quando possível, em edifícios públicos, caso contrário, caberia ao governo financiar o aluguel de prédios que servissem de habitação dos professores e de Escolas.

Esta medida revela algumas características da sociedade

paranaense e o significado da instituição escolar. As lutas políticas para elevar a 5ª. Comarca de São Paulo à condição de Província duraram vários anos. O governo paulista tinha consciência de que deixar a Comarca em estado de letargia era uma forma de impedir o movimento separatista. O ensino público não escapou deste descaso. Por ocasião da emancipação, grande parte das cadeiras do ensino primário estava provida interinamente. A maioria dos professores não possuía as devidas habilitações, os salários eram irrisórios e não havia prédios escolares. (RELATÓRIOem 15 de julho de 1854).

Por ocasião da emancipação política, Curitiba possuía duas cadeiras de ensino primário para o sexo masculino e uma para o sexo feminino. Em fins de 1856 foi criada a segunda cadeira para o sexo feminino. Curitiba passou então a contar com quatro escolas primárias públicas elementares. O espaço físico destas escolas era bastante precário. Segundo o Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Silveira da Motta, ao findar o ano de 1858, a 1ª. cadeira provida em 1835, tinha como professor João Baptista Brandão de Proença e funcionava em uma casa contígua à da habitação do professor, em um ambiente acanhado e sem luz suficiente. A escola começou o ano atendendo a 100 alunos, porém, com a provisão da 2ª. cadeira, que começou a funcionar naquele ano, o número foi reduzido para 70 alunos. A 2ª cadeira também funcionava em uma casa separada, em um ambiente pequeno mas com claridade. Já, as duas escolas do sexo feminino, a da 1ª cadeira, aberta em 1841 e a da 2ª cadeira, aberta em 1858, funcionavam nas casas das respectivas professoras, em ambientes também acanhados. O espaço público,então, se confundia com o privado.

Apesar de todas as dificuldades, o espaço escolar era visto pelas autoridades provinciais como um lugar público em que se dava instrução, capaz de impulsionar o progresso da Província e da nação brasileira, de acordo com a moral cristã, neste caso, a Católica. Ao lado deste discurso, o governo buscava equipar as escolas com os móveis e utensílios, bem como provê-las com professores habilitados que aplicassem orientações metodológicas e livros didáticos propostos.

A mobília de cada escola de Primeiras Letras era a seguinte: 5 bancos de 7 ½ palmos e 1 de 15, colocados em três ordens, formando um anfiteatro em frente da cadeira do professor; 4 mesas de 7 ½ palmos cada uma, nas costas dos bancos de 1ª e 2ª ordem;

1 banco de 7 ½ palmos colocado ao lado da cadeira do professor para castigos fora das classes; 1 quadro de madeira pintado de preto, 2 ponteiros de paus longos para o professor apontar no quadro, 1 cadeira de braços para o professor que deveria ser colocada sobre um estrado; 1 mesa de 5 palmos de comprimento e três de largura, também sobre o estrado, 2 cadeiras para os visitantes; 1 quadro com pesos e medidas do império e valores das moedas (REGULAMENTO de 1857, Arts. 42-46). Segundo o mesmo regulamento, as salas das escolas deveriam ser claras e arejadas, varridas todos os dias e lavadas duas vezes por mês, ao menos.

O mobiliário previsto atendia às necessidades do método de ensino adotado: o simultâneo ou o misto, conforme instruções expedidas em 1858 (PARANÁ.....Coleção das Leis, Decretos ...1858 p.5 RJ). Os livros adotados eram: Gramática de Coruja e Lições de História do Brasil, do mesmo autor, poesias de Pe. Caldas, Compêndios de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo, Catecismo de Fleury e Cartilha de Pimentel, Geografia Prática, o compendio de Ottoni e a coleção de traslados caligráficos de Ciryelo Dilhermando da Silva, (RELATÓRIO.....DE 31 de dezembro de 1856 Curitiba. p.25-28).

Esse espaço escolar devia ser o lugar de (con)formar as crianças em bons cristãos e bons cidadãos brasileiros. Muito embora este espaço fosse de um único cômodo era segmentado no seu interior em função do método de ensino. O método também determinava a distribuição do tempo para cada atividade, o uso dos materiais, enfim disciplinava as crianças que tinham que se conformar de acordo com o ritmo determinado para a aula. O método de ensino adotado foi simultâneo, desenvolvido no século XVII por La Salle, que visava inculcar a subordinação como valor, dando ênfase à obediência da autoridade da igreja e do Estado. Segundo este método, o professor ensina, ao mesmo tempo, a um determinado grupo de alunos divididos em três classes, segundo o nível de conhecimento. O espaço escolar para o sexo masculino em Curitiba deveria ser dividido em três classes, cada uma das quais deveria ter o primeiro e o segundo banco. A organização deste espaço era a seguinte:

...a 1ª classe consistia de dois bancos dispostos na frente na frente da mesa do professor, um à esquerda outro a direita, separados por um espaço que permitia a passagem.

No primeiro ensinava-se a conhecer as letras e retê-las na memória, fazendo estudo pela vista e decorado, acabando por fazer junção de letras e formação de sílabas. No segundo banco ensina-se a soletrar e a decompor as palavras em sílabas, bem como a conhecer os números: começam os meninos a fazer linhas retas e curvas sobre o quadro preto, recebendo as mais fáceis noções para se instruírem na diferença de uma e de outra, cada banco terá meia hora de lição do professor, que fará as suas explicações no quadro preto, mandando os alunos procurar nas cartas, que terão à vista, as letras, as sílabas ou palavras, que escrever, deixando tempo suficiente para os do segundo banco fazerem exercício de traço no quadro. A segunda classe também consta de primeiro e segundo banco, colocados por de trás da primeira. Primeiro banco: ensina-se leitura de impresso e manuscrito, exercícios de espírito e de memória, taboada de Pitágoras, começo de cálculo, principiando pela soma de números dígitos, diminuição e multiplicação; começam os meninos a fazer traços com finos e grossos sobre o papel, doutrina cristã duas vezes por semana. Segundo banco, leitura, aritmética, a saber: noções de quantidade e unidade, regra de diminuição, teoria e prática das quatro operações; escrita por traslado de letras grandes e pequenas; catecismo de moral cristã com explicações racionais, que desenvolvam os princípios de criação; doutrina da religião do estado, duas vezes por semana, como no banco precedente, noção de moral civil e conjugação de verbos. Nesta classe tanto no primeiro como no segundo banco, se farão explicações sobre o quadro preto, quando se tratar de pontuação, conjugação de verbos e aritmética: durarão as lições o mesmo tempo que na classe antecedente. Terceira classe: constará de um só banco que fecha o fundo do anfiteatro e ensina-se leitura metódica de prosa e verso, escrita *ad libilum* tirada do livro que se lê na classe, ou determinada pelo professor para exercício de ortografia e análise das partes da oração, aritmética, teoria, prática e quebrados, até a regra de três inclusive, gramática, exercício de memória, com repetição de poesia, geometria, prática (as noções mais gerais). As explicações de ortografia, aritmética e geometria prática, dará o professor sobre o quadro preto. A lição dura meia hora e os alunos dessa classe trazem escritas de casa,

fazendo-as na escola para análise gramatical.

Art. 3.o Ao começar a lição da terceira classe despedem-se os alunos da primeira.

Art. 4.o A divisão nas escolas femininas será a mesma, com a diferença de que se omitem as noções de linhas na primeira classe, assim como outras noções geométricas na terceira classe, ensinando de aritmética somente teoria e prática de somar e diminuir na segunda classe, e de multiplicar e repartir na terceira. Também o tempo do ensino é menor em cada banco, sendo vinte minutos para cada um, menos o da terceira classe que terá meia hora, a fim de que os 40 minutos, que restam para preencher o tempo legal da escola, sejam empregados no ensino do trabalho de agulha. (PARANÁ.... instruções....1858)

As Lições de História do Brasil deveriam auxiliar o progresso intelectual dos alunos com o moral. Proscrevia o uso de fábulas pra ensinar, porque as ilações morais estariam fora do alcance da inteligência das crianças e poderia ser um desavisado caminho se ensinar a verdade pela ficção. No ensino da moral religiosa e da doutrina o professor deveria direcioná-lo não apenas para o ensino geral da moral cristã, mas um ensino positivo e dogmático, só assim a escola estaria sendo um lugar de propagação das luzes e de virtudes pela e fé e crença religiosa, porque, segundo o Inspetor Geral, "se as escolas populares se preocuparem do desenvolvimento do espírito, sem levá-lo aos sentimentos de amor e justiça para com seu criador e Redentor, estas escolas fariam mais mal do que bem" (RELATÓRIO31 de dezembro de 1856). Seria também o local de formação moral civil visando o plano geral de uma educação nacional.

Segundo Viñao Frago (2005) ao mesmo tempo essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território demarcado, de limites mais ou menos estabelecidos que diferencia o interno e o externo e constrói a noção subjetiva de vivência individual ou grupal que diferencia o "nós" dos "outros". As escolas primárias no centro urbano de Curitiba apesar de não possuírem sede própria, eram identificadas por tabuletas pregadas nas portas que traziam as armas imperiais, o nome da cidade e o tipo de escola. A escola era um lugar para onde os alunos se dirigiam todos os dias, para receber instrução pública de acordo com os princípios do Estado e da igreja oficial, pelo estudo de noções de moral civil,

catecismo de moral cristã e doutrina da religião do estado. As crianças que freqüentavam estas escolas tinham necessidades que as distinguiam de outras crianças que habitavam a cidade e as regiões consideradas rurais. Esta era uma escola pública urbana e o seu plano de estudos se pretendia mais complexo, fornecia os conhecimentos “úteis aos usos da vida” (RELATÓRIO,..... 1856) urbana. O espaço escolar não era adequado ao que se propunha, não era um edifício de destaque na paisagem da cidade, antes era um reflexo das condições sociais e econômicas da sociedade paranaense.

Logo depois da emancipação política da província, muitos imigrantes alemães, em sua maioria evangélicos que vieram da Colônia de Dona Francisca em Santa Catarina e outros vindos diretamente de diversos estados alemães passaram a se estabelecer no centro urbano da cidade e no chamado Rocio. Estes imigrantes, via de regra, eram profissionais liberais, comerciantes, alfaiates, cervejeiros, farmacêuticos, padeiros que encontravam no centro urbano as chances de exercer suas atividades profissionais. Apesar de se estabelecerem ali, eles não identificavam o espaço escolar ofertado pelo governo como *seu*, - como lugar de formação de seus filhos. Aquele era um lugar dos *outros* que cultivava a língua portuguesa e os valores morais calcados na religião católica visando a manutenção da nacionalidade brasileira.

Para estes imigrantes era de suma importância a criação de um espaço social destinado à escolarização de seus filhos que preservasse a língua alemã e os princípios morais segundo a religião evangélica e os demais os traços culturais da terra de origem.

Logo que esses imigrantes conseguiram se organizar, passaram a buscar a reconstrução do modo de vida. Em meados da década de 1860 a comunidade fundou a *Deutsche Evangelische Kirchen Gemainde* (Comunidade da Igreja Evangélica Alemã) e logo a seguir, em dezembro de 1866 solicitaram ao Governo Provincial a abertura de uma escola para o ensino das primeiras letras em língua alemã para as suas crianças. Em março de 1867 o Presidente da Província deferiu o pedido, tendo a escola iniciado suas atividades no mesmo ano. Esta teve um funcionamento irregular nos primeiros anos, mas a partir de 1872 passou a ser regular. A Escola da Comunidade Evangélica tornou-se o lugar onde as crianças aprendiam a ler e escrever em língua alemã de acordo com os preceitos da religião evangélica e conseqüentemente, visando a preservação de sua

identidade étnica.

A Escola Evangélica era Comunitária e mantinha uma relação íntima com a Igreja, uma vez que o pastor aglutinava as funções de professor e diretor da Escola. A escola passou a funcionar no sótão da casa pertencente à Comuna Evangélica que também servia de residência do pastor e professor. Em 1875 a escola era freqüentada por 150 alunos de ambos os sexos. Pela exigüidade do espaço, os alunos foram distribuídos em duas classes que funcionavam em horários distintos. A divisão foi feita por faixa etária e não por sexo. Os alunos maiores freqüentavam as aulas de 8h às 12h e os menores das 11h às 14h. O plano de estudos consistia no ensino de ler, escrever, gramática alemã e português, contas, cantar, geografia e religião Cristã (VECHIA, 1998, 241).

A noção de criação de um espaço escolar distinto para abrigar a escola estava arraigada na mentalidade dos imigrantes alemães. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Pastor Boecker, em 1872, foi a arrecadação de fundos para a construção de um prédio escolar.

Tendo sido concluída a construção da Igreja da Comuna Evangélica, em 1876, a escola foi transferida para a Igreja, reafirmando a interligação igreja - escola - comunidade. Este prédio, que servia de Igreja e Escola, foi construído em um terreno alto, nas proximidades do centro urbano da cidade e na região onde residia grande parte das famílias da comunidade. Construída em estilo enxaimel, construção comum na Alemanha, ostentando uma torre, era um espaço que se destacava na paisagem curitibana.

Esta instituição tornou-se um espaço de elaboração de uma cultura escolar de ambigüidade. Ao lado de uma concepção educacional, nos moldes germânicos, devia integrar aspectos da educação nacional, no caso, a brasileira. O plano de estudos consistia no ensino de ler, escrever, gramática alemã, português, contas, cantar, geografia e religião cristã. (DEAP, Correspondência de Governo. V.1. AP 482, fls3 e 4, 1876) .

Este espaço escolar ganhou destaque na comunidade curitibana passando a atrair os filhos de alemães católicos e de alguns brasileiros também católicos. Se em 1883 a escola era freqüentada por 192 alunos, em 1884 este número cresceu para 275. Deve-se destacar que era um espaço escolar urbano uma vez que a população atendida residia no centro urbano e no Rocio da cidade. Caracterizava-se também por ser uma escola mista, sendo

que 165 alunos eram do sexo masculino e 110 do sexo feminino. Esta contrastava com o espaço escolar público que continuava a manter espaços diferenciados para meninos e meninas.

O ingresso de novos alunos nestes ambientes gerou ambigüidades no seu interior que culminaram com uma ruptura na concepção pedagógica e administrativa da escola. O grupo de católicos exerceu pressão para ter maior participação nos rumos da escola e para que a mesma fosse desvinculada da Igreja Evangélica. Tendo finalmente sido aceita tal desvinculação, foi formada uma nova Associação Escolar e a escola passou a ser denominada "Escola Alemã". Agora era um espaço que ofertava instrução para as crianças, filhas dos alemães, sem distinção de religião.

A desvinculação da escola da Igreja Evangélica significou que a Direção da Escola fosse entregue a um professor vindo de Santa Catarina sem vinculação com a mesma. Foi também criado um Conselho escolar, representando os membros da comunidade. A concepção pedagógica adotada secundarizou o aspecto religioso, passando a cultivar de forma explícita os valores da cultura alemã, enfim o "espírito alemão", com vinculação política.

A escola passou a representar um espaço de confronto interno no qual estavam envolvidas várias forças. De um lado, as concepções educacionais vinculadas com a Igreja e, de outro, aquelas pedagógicas ligadas à política, culminando com a solicitação da Igreja de que a escola fosse retirada dali destinado à Igreja. A questão só foi resolvida com a intervenção do Presidente da Província. Passou a haver divergência entre o Conselho Escolar e os Professores e entre o Conselho Escolar e a Diretoria da Escola, o que resultou no desligamento de alguns professores, para formar um outro espaço escolar de iniciativa particular.

Depois de um período muito conturbado, a comunidade encontrou motivos para superar a crise, qual seja - a construção de um prédio que deveria sediar a escola. O prédio que seria a sede própria da "Escola Alemã" deveria ser também um "monumento em homenagem ao Imperador Wilhelm" (*Der Pionier*, nº 15, p.3, 1º de março de 1885).

O espaço escolar em Curitiba nas décadas finais do período Imperial passou a ser formador de identidades étnicas e religiosas. Enquanto o espaço escolar da comunidade alemã incentivava a germanidade, o público passou a dar maior ênfase ao aspecto

religioso. Uma Circular do Ministério dos Negócios do Império, de 11 de março de 1865, chamava a atenção dos bispos para os deveres paroquiais referentes ao ensino religioso nas escolas. Em fins de 1870, o inspetor geral da Instrução Pública considerava como objetivo do ensino a transmissão às novas gerações das crenças, das idéias e dos sentimentos que animaram a vida das gerações passadas; “[...] educá-las nas verdades morais e religiosas que são para o indivíduo a condição essencial do seu desenvolvimento e para a sociedade a lei de sua conservação” (RELATÓRIO do Inspetor Geral da Instrução Pública, 29 de dezembro de 1870, Curitiba.) Segundo o Inspetor, o ensino primário não possuía o caráter religioso que deveria ter; a escola apenas transmitia algumas noções repetitivas da doutrina do Catecismo, sem incutir no coração o espírito do Cristianismo. Recomendava o ensino da Bíblia nas escolas e o estabelecimento de uma aliança entre o sentimento religioso e o desenvolvimento intelectual. Inspirado na educação praticada nos Estados Alemães, onde a religião era a base do ensino para todos, propôs uma reforma de ensino na qual colocava a religião católica como ponto central do ensino - a alma da escola; em torno da qual deveriam girar todos os outros objetos de ensino (VECHIA, 1998, p.167).

Estas concepções educacionais adotadas no espaço escolar tornaram cada vez mais nítida a identidade de cada segmento da população curitibana. No espaço escolar da Escola Alemã buscava-se formar cidadãos brasileiros, que cultivassem a germanidade e prioritariamente a religião evangélica e, no espaço escolar público, procurava-se formar cidadãos brasileiros segundo os princípios morais da Igreja Católica, a religião oficial. Estes espaços escolares, aos poucos, foram auxiliando a cavar um vão entre pessoas com identidades diferenciadas, convivendo no mesmo espaço social.

REFERÊNCIAS

Der Pionier, n.15. p.3, 1o. de março de 1885.

DEAP. Correspondência de Governo.v.1 . ap 482, 1876.

PARANÁ... Leis, Decretos...1858.

PARANÁ...Instruções...1858.

RELATÓRIO do Inspetor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de

Cultura, currículo e diferença... - Ariclê Vechia

1856. Curitiba.

Relatório do presidente de Província em 15 de julho de 1854. Curitiba.

VECHIA, A . *Imigração e Educação em Curitiba – 1853-1889*. Universidade de São Paulo. 1998. Tese.

VIÑAO FRAGO, A . *Espaços, usos e funções: localização e disposição física da direção escolar na escola Graduada*. In: BENCOSTA, M.L.A . (Org.) *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.